



ATA Nº 5/2014

DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2014  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 12 DE MAIO DE 2014

-----No dia 12 de maio de 2014, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2014 da mesma Assembleia, cuja 1.<sup>a</sup> Reunião se tinha realizado no passado dia 28 de abril de 2014 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município(continuação);*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Execução a celebrar com a União de Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia da Luz;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Odiáxere;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Execução a celebrar com a União de Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria);*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios no âmbito da Ação Social.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João]
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	Maria Clara de Paiva Boleo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto



Fl. 59v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Victor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nádia Cristina Vaz Laboreiro
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2ª Secretária)
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Batista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]
PS	João Luís da Silva Gomes
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Maria Clara de Paiva Boleo da Silva Rato

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**



PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Luís Carlos Carradinha Reis - Vereador

-----**TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Ao abrigo do Artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18/07, foram convocados, para estarem presentes na 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2014, para tomar posse como Membros efetivos do Conselho Municipal de Segurança os seguintes cidadãos: **CARLOS MANUEL PEREIRA FONSECA** – Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere; **VICTOR MANUEL MORAIS MATA** – Presidente da Junta de Freguesia da Luz; **JOÃO CARLOS PEREIRA** - Coordenador do Departamento de Investigação Criminal de Portimão da Polícia Judiciária; **CARVALHO PINTO** - Comandante Local da Polícia Marítima de Lagos; **MARIA DE FÁTIMA ANTÃO DUARTE DOS SANTOS** - Instituto da Segurança Social - Serviço Local de Lagos; **ALBERTO AUGUSTO RODRIGUES DE Almeida** – Direção Regional de Educação do Algarve; **CARLOS FILIPE** - Centro de Saúde de Lagos; **ARTUR JOSÉ RÉGO** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ TOMÉ** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **MARTA SUSANA FIGUEIREDO GODINHO PACHECO DA COSTA** - Cidadã designada pela Assembleia Municipal; **PAULO ALEXANDRE DA SILVA CABRITA GRADE** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal.-----

-----Para dar cumprimento ao n.º 1 do Artigo 4.º (Composição) do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, faltam as seguintes entidades indicarem os seus representantes: Instituto da Droga e da Toxicodependência e CGTP.-----

-----Verificada a conformidade formal os cidadãos procederam à assinatura dos respetivos autos de posse, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-540-6, ficando assim investidos nas suas funções.-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante estas tomadas de posse, entraram na sala os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO	HORA
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	20.48



Fl. 60v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]	20.48
PS	João Luís da Silva Gomes	20.48

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO (CONTINUAÇÃO):** O Sr. José Santos (BE) solicitou informação sobre o PDM, sobre o Ponto retirado em dezembro de 2013, relativamente a uma desafetação na Pedra Alçada. Perguntou se o número de famílias que solicitam auxílio à Câmara Municipal sofreu alteração e a que se refere um valor de cerca de 16 mil euros para aquisição de tendas cónicas e os valores gastos pela Futurlagos, cerca de 95 mil euros, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana da cidade de Lagos. Questionou sobre o que foi feito na última década para o melhoramento da qualidade da água.-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) disse o seguinte: “Nesta segunda intervenção sobre o ponto da informação da Sra. Presidente, a Coligação TSL intende abordar, ainda que brevemente, algumas questões. 1. E a primeira, porque não tendo sido possível à Coligação fazer a sua declaração política no período Antes da Ordem do dia, não pode deixar de o fazer agora, tornando pública a leitura política que a Coligação fez das comemorações locais do 25 de Abril. Decorreu no dia 25 de Abril a memória de um dos mais brilhantes momentos da história nacional. Memória esta inegociável. Por isso, a Coligação TSL não pode deixar de manifestar o seu regozijo pelo modo como a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e a Assembleia da Juventude souberam, em Lagos, elevar as comemorações, seja pela organização, seja pelos discursos, seja pela fraternidade do momento histórico. A Coligação TSL, na certeza de que o futuro só é possível se o cimento do passado e a coragem do presente conseguirem desafiar, mobilizar e resolver, constatou que a Cidade e o Município saíram mais fortes da comemoração daquele dia 25, dia em que a Praça Gil Eanes voltou a receber os seus autarcas e os seus jovens e o povo voltou a juntar-se à alegria de abril, reforçando o aval à liberdade como valor de dignidade humana e à vida política como valor de esperança. A mensagem síntese do novo futuro de abril ficou inscrita no poema “Sísifo” de Miguel Torga: “enquanto não alcances/não descanses”, que citámos na nossa intervenção do dia 25 de Abril. 2. E porque não queremos descansar, sem alcançar, é que vamos recordar os quatro pedidos que, no âmbito das competências de membro da Assembleia Municipal, em 20 de março 2014, dirigimos à Câmara Municipal, através da Mesa da Assembleia. De um deles, desistimos da resposta, uma vez que nos foi facultada uma anterior informação sobre o “Ponto de situação dos Planos Municipais do Ordenamento do Território”, elaborada no mês de setembro de 2013. De dois outros pedidos, um relacionado com o endividamento líquido do Município, e outro, com a situação financeira das empresas municipais, esperávamos voltar ao assunto aquando da apreciação das contas de 2013. O que, como já sabemos, não aconteceu. Mesmo, quando a Coligação solicitou à Câmara Municipal que revisitasse os documentos apresentados e os tornasse legíveis para a Assembleia Municipal e para o povo de



Lagos. O que a Coligação queria, no seu pedido, era obter um outro tipo de informação, uma informação política: clara nos dados, sintética no conteúdo, compreensível no contexto. Já em relação ao último pedido, o relatório sobre a "Avaliação do grau de observância do respeito dos direitos e garantias da oposição", a Coligação nenhuma resposta obteve. Voltamos, agora, a insistir para que o referido relatório faça parte integrante dos pontos da sessão ordinária da A.M. de junho. Esta falta de respostas da Câmara Municipal, a que a Coligação não quer dar um relevo especial, leva-nos, contudo, a recordar que não pode a Assembleia continuar a aprovar moções contra os ataques ao poder local pelo poder central, quando, entre nós, com lacunas destas, podemos estar a praticar também ataques a este mesmo poder local. Por isso, este tempo de abril é também um tempo de autocritica e de reflexão sobre o modo como praticamos entre nós as leis municipais e competências autárquicas. E como entre nós defendemos e prestigiamos o poder local. 3. No momento em que se aproxima a alteração dos períodos de estacionamento pago, a Coligação TSL solicita aos responsáveis municipais que introduzam uma modalidade intermédia, até meados de julho, entre os períodos de inverno e de verão, fazendo, assim que a vida da cidade histórica não sofra uma rápida desvalorização pela ausência de cidadãos, locais e estrangeiros. 4. Nos últimos tempos, a Câmara Municipal tem manifestado num esforço louvável e determinado em criar metodologias para respostas sociais, através da criação de Conselhos Municipais, um dos quais consta da Ordem do Dia desta sessão. Por isso, a Coligação solicita informações sobre a situação em que se encontra o projeto do "Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social". 5. Na última Sessão da Assembleia Municipal foi aprovada a constituição das Comissões Especializadas da Assembleia Municipal. Poder-nos-ia informar o Sr. Presidente da Assembleia o ponto de situação da sua formação e da respetiva tomada de posse? 6. No dia 9 de maio celebrou-se o Dia da Europa. Durante a elaboração do programa das comemorações do 25 de Abril, a Coligação sugeriu que as festividades encerrassem no dia da Europa, juntando assim esses dois momentos centrais da vida política, social e económica da segunda metade do século XX de Portugal. Foi pena que a nossa sugestão não tivesse sido aceite, afastando-se assim a oportunidade de um debate público sobre uma matéria em que os lacobrigenses se sentem cada vez mais alheios, se não, mais desafetos. No próximo ano, a Coligação não deixará de propor à Assembleia Municipal um debate específico sobre o significado da nossa participação na Europa, com consequências diretas na gestão municipal. A atual crise da Europa é a nossa própria crise; é a crise da coesão política e social, devida à ascensão de "uma geração desarmada em termos normativos", segundo Habermas no seu livro "Ensaio sobre a Constituição da Europa", incapaz de assumir objetivos, causas e esperanças. O dia 25 de maio é, pois, um dia de grito para o futuro da Europa e de Portugal. Também, nesse dia, não podemos "descansar"...."-----  
-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) perguntou se o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) tinha sido extinto e se assim for quais os motivos para tal.-----  
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) mencionou o facto de haver requerimentos feitos à Câmara Municipal, pela CDU, que carecem de respostas, sendo que alguns



Fl. 61v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

foram feitos há vários meses. Uma vez que é dada a informação de que a viatura de recolha de verdes esteve parada, por motivo de avaria, no primeiro trimestre do ano, perguntou se a situação continua a verificar-se. Disse que a placa que identifica o “Jardim da Constituição”, está no chão, pelo que perguntou se há intenção de a colocar de maneira mais visível.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a Câmara continua a insistir em contratar pessoal, em especial para as escolas, mas a Câmara Municipal de Lagos tem um dos rácios, mais elevados, em relação a funcionários, pelo que perguntou se não podia ser feita uma reestruturação dos Serviços no sentido de distribuir os funcionários do quadro pelas vagas necessárias. Acrescentou que os funcionários da Câmara Municipal tem que se adaptar às necessidades da Câmara Municipal. Disse que a LCF não concorda com as 40 horas de trabalho semanal para os funcionários públicos, decretado pelo Estado, mas como isso está instituído a Câmara Municipal devia aproveitar esta medida do Governo para equilibrar as necessidades sentidas. Afirmou que os funcionários da Câmara Municipal têm o dever de empenho igual àquele que é exigido aos outros cidadãos. Perguntou quantos advogados tinham avença com a Câmara Municipal e com as empresas municipais. Disse que o deficit da Câmara Municipal, está a crescer, pelo que perguntou se a dívida com menos de 90 dias vai ser acrescentada ao deficit.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que tem que ser colocada de pé uma política que reencaminha a cidade para aquilo que a mesma sempre teve como marca, em termos de imagem publica, que tem a ver com o ordenamento do território, planeamento, urbanismo e ambiente. Uma vez que a Câmara Municipal se diz preocupadas com os itens referidos, não compreende como é que a mesma se propõe introduzir na Avenida dos Descobrimentos, um conjunto de “caixotes” que vão contribuir para a degradação de um dos locais mais bonito da cidade. Referiu que há muitos cães vadios a vagarear pela cidade, assim como “artistas” circenses de baixa qualidade, o que não dignifica Lagos, em especial o Centro Histórico. Sobre a venda ambulante, disse que o PS, há uns anos atrás, dizia que quando fosse Governo local, iria resolver esse o problema, só que após 12 anos de governação local socialista, a venda ambulante tem vindo a degradar-se. Acrescentou que o PSD está disponível para colaborar no sentido de resolver os problemas agregados à venda ambulante. Referindo-se ao painel de azulejos do Cutileiro que está na zona da Fonte Cibernética, disse que o mesmo está de costas para a Fonte e uma das figuras está de braços erguidos para o infinito, como que a dizer “senhor, que horror, tirai-me daqui para fora”; é esta a mensagem que a peça está a dar em relação à renovação da frente ribeirinha de Lagos. Terminou que o Cutileiro ao dar esta mensagem, tem toda a razão.-----

-----O Sr. António Marreiros (PS) solicitou informação sobre os fogos camarários de Odiáxere e Bensafirim e sobre os problemas levantados, em forma de Propostas, pelo Grupo Municipal do PSD, no Período Antes da ordem do Dia, da presente Sessão, relativamente a sinalética, piso em mau estado e mau estado de instalações desportivas, de um modo geral por todo o Concelho. Referindo-se a um comentário feito pelo Sr. José Valentim Rosado, na última reunião, sobre o facto de se fazer



intervenções à superfície sem fazer intervenções necessárias no subsolo, disse que no tempo em que o Sr. José Valentim foi Presidente da Câmara Municipal de Lagos, também foram feitas muitas intervenções à superfície sem mexer no subsolo. Referiu ainda que em janeiro de 2002 as perdas de água eram de cerca de 49% e atualmente andam entre os 23% e os 25%. Referindo-se às novas instalações do NECI, recentemente inauguradas, disse que se trata de um equipamento muito importante e que o Governo PSD/CDS-PP tem que celebrar os acordos para que o Lar do NECI passe a funcionar a 100%. Disse que o painel do Cutileiro, referido pelo Sr. José Valentim, foi encomendado para tapar equipamento que se encontra no local, sendo que o local deixou de ter o mau cheiro que tinha e a visibilidade é outra, acrescentando que o projeto inicial para a Praça não era aquele, mas foi o que foi possível fazer, sendo que assim como há pessoas que não gostam da intervenção, também há outras que gostam.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) começou por felicitar a boa memória do Sr. António Marreiros. Disse que por vezes à problemas técnicos que estão por detrás de decisões e noutras situações são opções políticas que estão por detrás das mesmas. Sobre as perdas de água disse que o PS beneficiou do trabalho iniciado pelo PSD, acrescentando que lhe conta que as perdas de água, atualmente, ultrapassa os 30%. Disse que não era procurador do Governo, nem tinha respostas para dar em nome do Governo. Acrescentou que a NECI teve o aval da Câmara Municipal, quando o PSD era Governo local, entregando a escola dos Montinhos da Luz, com 2 votos contra de Vereadores do PS, na altura. Afirmou que o PSD Lagos apoia a NECI desde a primeira pedra. Afirmou que o Sr. Membro da Assembleia Municipal, António Marreiros, e ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagos, está muito longe de ter ética e mural, para dar lições ao PSD. Disse que se compararem as receitas disponíveis para o PS e para O PSD e com as obras feitas pelo PSD e pelo PS, em Lagos, então o PSD está a não luz do PS, porque fez muito mais pelo Município do que o PS. Referiu que o PS tudo fez para denegrir a gestão do PSD.----

-----O Sr. António Marreiros (PS) lembrou que o terreno oferecido à NECI para construir o Lar, pela Câmara Municipal, quando o Sr. José Valentim Rosado era Presidente da Câmara Municipal, foi oferecido a duas instituições. Disse que quem manda fazer as obras são os políticos e cada um tem que assumir a sua responsabilidade. Referiu que todos os Executivos fazem obra e fazem e dão o seu melhor.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse ter verificado um aumento na atribuição de diversas licenças, tendo perguntado qual o motivo para tal. Referiu que por vezes as licenças levam muitos dias para serem obtidas e isso prejudica os requerentes, pelo que esta situação deveria ser revista. Disse que a fiscalização deveria funcionar melhor, atuando mais, o que levava a que não se verificasse desigualdades entre quem cumpre a Lei e quem não a cumpre.-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) disse que a memória é uma arma de dois gumes, dado que normalmente lembramo-nos de uma parte mas esquecemo-nos da outra. Referiu que parece que o Sr. José Valentim, quer fazer passar a mensagem que Lagos só começou a fazer obra depois de o mesmo ter tomado posse como



Fl. 62v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Presidente da Câmara, mas ele próprio sabe que isso não é verdade. Disse que foi o primeiro Presidente de Câmara Municipal de Lagos, eleito, pós 25 de Abril e isso é um orgulho e foi uma honra para si. Terminou dizendo que todos os autarcas tentam fazer e dar o seu melhor no desempenho das suas funções, mas como é obvio, são sempre cometidos alguns erros.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre o PDM disse que o mesmo está em bom caminho para entrar na fase final de apreciação e votação por parte dos Órgãos autárquicos num curto espaço de tempo, sendo a intenção que durante o presente ano de 2014 Lagos passe a ter PDM. Em relação ao Ponto retirado pela Câmara Municipal na Sessão de dezembro de 2013, relativamente a uma desafetação na Pedra Alçada disse que os serviços da Câmara Municipal continuavam a estudar o assunto. Sobre a ocupação da via pública e venda ambulante, disse que esta atividade estava centralizada no Jardim da Constituição, mas com as obras no local a mesma ocupou o Centro Histórico de uma maneira desordenada, tendo o Executivo anterior decidido que a melhor solução seria centralizar a venda ambulante no passeio da Avenida dos Descobrimentos. Disse que esta não será a solução ideal, mas é difícil arranjar uma solução ideal para o problema, no entanto o atual Executivo quando pegou neste assunto, e falando com os interessados, chegou-se à conclusão de que a solução encontrada era menos má, apesar dos equipamentos previstos e já montados por alguns vendedores ambulantes, não seriam as mais adequadas para o local, pelo que se chegou a umas tendas que são todas iguais, de cor branca e que vão ter um impacto menor no espaço, estando prevista a montagem das mesmas já na presente semana. Informou que a Câmara adquiriu as tendas, os vendedores pagam uma taxa à Docapesca que é a entidade responsável pelo espaço, e pagam uma caução à Câmara Municipal, no valor de metade do custo do equipamento, sendo que tudo isto vai ao encontro do acordado entre as partes envolvidas no processo, estando os vendedores recetivos a esta mudança. Disse que a fiscalização irá atuar mesmo fora das horas normais de expediente, para que tudo corra pelo melhor, sendo que as forças policiais irão colaborar neste processo. Referiu que todo este processo vai depois regularizar todas as outras atividades no Centro Histórico, nomeadamente as circenses não licenciadas. Disse que os requerimentos dos Grupos Municipais, ainda não respondidos pela Câmara Municipal, irão obter resposta. Sobre o Conselho Económico e Social, disse que é assunto que vai a uma das próximas reuniões de Câmara. Sobre a placa do Jardim da Constituição, disse que a mesma é para ficar de pé e não deitada, como está atualmente. Sobre o assunto das 40 horas de trabalho semanal para a função pública, referido pelo Sr. Jorge Ferreira, informou que as Câmaras do Algarve tinha assinado um acordo de concertação social para as 35 horas de laboração semanal e é isso que está a ser cumprindo. Disse que continua a haver muito trabalho na Câmara Municipal e os funcionários trabalham, apesar dos cortes que têm levado, continuando, a maior parte dos mesmos, a orgulharem-se pelo facto de trabalharem na Câmara Municipal, estando sempre disponíveis para colaborar para que tudo corra pelo melhor na Câmara Municipal. Ainda sobre necessidades de pessoal, disse que já tinham ido muitos colaboradores para as





escolas, mas neste momento não há pessoal disponível para tal pelo que é necessário haver acordos com o Centro de Emprego, no sentido de dar resposta as necessidades das escolas. Sobre avenças disse que a Câmara, atualmente, tem duas avenças, uma com um técnico no Centro Cultural e outra com um advogado Sobre o painel de azulejos do Cutileiro, disse que cada um tem a sua interpretação sobre obras de arte. Sobre as habitações de Odiáxere e Bensafrim, disse que a Câmara tem necessidade das mesmas, mas que só as receberá quando as mesmas estiverem em condições para serem entregues por parte do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Acrescentou que a situação de Bensafrim está mais complicada uma vez que há um conflito entre a Cooperativa Lacóbriga e o IHRU.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que as verbas gastas pela Futurlagos com a ARU de Lagos têm a ver com as diligências que estão a ser feitas para desenvolver o processo, uma vez que se não haver Plano não poderá ser candidatado a financiamentos. Sobre o deficit disse que a dívida no primeiro trimestre de 2014 é de cerca de 2 milhões e 250 mil euros, mas o que a Câmara deve, perante a Lei, à data da elaboração da Informação, era de cerca de 570 mil euros, estando este valor incluído nos 2 milhões e 250 mil euros. Em relação ao aumento do número de licenças passadas, disse que isso é um facto, mas dizer-se que os colaboradores da Câmara têm menos trabalho isso não é verdade, sendo que neste momento está em cima da mesa o Licenciamento Zero, que é uma novidade, em termos de licenciamento, que está a dar mais trabalho. Acrescentou que o tempo que os Serviços levam para emitir uma licença é o necessário para tal.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, confirmou que os pedidos de apoios sociais têm aumentado e isso mostra as dificuldades que estão a passar os cidadãos de Lagos. Sobre o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) disse que o mesmo trabalha em conjunto com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e neste momento encontra-se em reformulação. Sobre as comemorações do 25 de Abril, disse concordar com as afirmações feitas pelos senhores Membros da Assembleia e que tinha sido dada instruções aos Serviços para que fosse feito um balanço sobre estas comemorações, para que o mesmo depois fosse distribuído pelos membros da Comissão do 25 de Abril.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, em relação à qualidade da água que corre nas torneiras dos lacobrigenses, disse que têm sido feitas regulares análises à mesma e os resultados têm sido bons. Sobre a viatura que faz a recolha de verdes, disse que a mesma tem já alguns anos e esteve parada, por motivo de avaria, durante alguns meses. Referiu que o parque de viaturas municipal está a passar por algumas dificuldades, porque o mesmo é já antigo e porque a legislação não facilita o arranjo do mesmo.. Ainda sobre a recolha de verdes, informou que está a ser estudado uma nova forma para este serviço funcionar, uma vez que não pode continuar a ser gratuito para todas as situações. Em relação às perdas de água, informou que as mesmas não ultrapassam os 30%, rondando os 26%. Sobre os cães vadios mencionados pelo Sr. José Valentim Rosado, disse que isso é um problema das autoridades policiais, tendo conhecimento de que os mesmos foram fiscalizados e têm a documentação em dia, mas não devem é andar à solta.-----



Fl. 63v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) protestou pelo facto do Sr. Presidente da Mesa ter dado tempo extra à Câmara Municipal para esta intervir, tomando uma atitude correta, mas não teve a mesma benevolência para com os Grupos Municipais.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) sugeriu à Mesa da Assembleia Municipal que permitisse a continuidade das intervenções dos Membros da Assembleia Municipal, mesmo quando o tempo do Grupo tenha sido ultrapassado.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse aceitar todas as críticas feitas à sua pessoa em termos daquilo que é a gestão da Assembleia Municipal, mas os tempos de intervenção estão no Regimento e são para cumprir, apesar de pessoalmente não concordar com a distribuição que foi feita dos tempos. Referiu que não quer cortar a palavra a ninguém, mas por vezes tem que ser, mesmo com tolerância.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 37 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 52 minutos.-----

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL:** Durante esta interrupção, ausentou-se, definitivamente, da sala o seguinte Membro da Câmara Municipal:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE BENSFRIM E BARÃO DE S. JOÃO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 540-8.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução a este assunto, comum aos Pontos 4, 5, 6 e 7 da Ordem do Dia desta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João) complementou a introdução da Sra. Presidente da Câmara Municipal, sobre o assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) perguntou, a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, se as Assembleias e as Juntas de Freguesia já tinham apreciado e votado os documentos e se não havia nada contra os mesmos, tendo recebido resposta de que não tinha havido nada contra os documentos apresentados e que os mesmos tinham já sido apreciados e votados pelos Órgãos das Freguesias.-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) perguntou se o documento que está na Assembleia Municipal era igual ao apresentado à Assembleia de Freguesia de Bensafirim/Barão de S. João e se o mesmo tinha sido aprovado na íntegra.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João) confirmou que era o mesmo documento.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou qual a razão para que nas rubricas



cabimento e compromisso haver espaços em branco, verificando-se o mesmo no anexo II do documentos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o anexo II é um mapa que começará a ser preenchido quando o acordo começar a ser executado, por isso está a zeros; quanto ao cabimento e compromisso disse que os valores só podem ser cabimentados e comprometidos depois da aprovação dos acordos. Referiu que em termos de orçamento, estes valores estão contemplados no orçamento da autarquia.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os documentos são de marca “branca”, uma vez que nenhum vem assinado, apesar de serem minutas e que os mesmos deveriam dar a informação de quando tinham sido aprovados pelas Assembleias de Freguesia.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD concordava com o proposto porque são a favor da descentralização de competências, achando que o Poder deve estar cada vez mais próximo das populações, para que se verifique uma maior eficácia na resolução de problemas. Referiu que isto não é nada de inovador para Lagos, uma vez que Lagos já tem protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia há muitos anos. Terminou dizendo esperar que as populações se citam beneficiadas com estes acordos.-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) disse concordar com o que a CDU disse, sendo que os documentos deveriam ter informação sobre as deliberações dos Órgãos das Freguesias.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) esclareceu que há fundos disponíveis para celebrar os acordos e isso está demonstrado nos documentos através dos números sequenciais.--

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que estes acordos vêm na sequência dos protocolos existentes com as Juntas de Freguesia. Referiu que estas transferências de competências para as Juntas de Freguesia, só podem ter bons resultados se o Governo transferir o respetivo pacote financeiro.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que há uma verba atribuída às Juntas de Freguesia diretamente do Estado, mas estas têm que sair do “bolo” do Município e talvez tenha sido por isso que a Câmara não ofereceu o bônus do IVA à população.--

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE BENSFRIM E BARÃO DE S. JOÃO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	5	3	3	1	0	<b>24</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 48/AM/2014:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar o Acordo de Execução a celebrar com a União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, nos termos consignados na alínea k) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na



Fl. 64v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de março de 2014.-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DA LUZ:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 540-9.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da **PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DA LUZ**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	5	3	3	1	0	<b>24</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 49/AM/2014:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar o Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia da Luz, nos termos consignados na alínea k) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de março de 2014.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 540-10.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) complementou a introdução da Sra. Presidente da Câmara Municipal, sobre o assunto, realizada no início do Ponto 4 da Ordem do Dia. Sugeriu que nas próximas conversações sobre o assunto, os Vereadores da oposição fossem convidados a participar nas reuniões. Acrescentou que concordava que os documentos fossem assinados aquando da discussão e votação dos mesmos nas Assembleias.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	5	3	3	1	0	<b>24</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 50/AM/2014:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar o Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Odiáxere, nos termos consignados na alínea k) do n.º 1 do



Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de março de 2014.-----

-----**PONTO 7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE LAGOS (SÃO SEBASTIÃO E SANTA MARIA):** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 540-11.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)) complementou a introdução da Sra. Presidente da Câmara Municipal, sobre o assunto, realizada no início do Ponto 4 da Ordem do Dia.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que esta União de Freguesias ganhou com a fusão das Freguesias, tendo estado a desenvolver um bom trabalho.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) louvou as intervenções dos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e colocou o Grupo Municipal LCF à disposição das Freguesias para aquilo que fosse necessário.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que tem vindo a ser dado razão àqueles que lutam contra extinção das Freguesias e que a CDU estava totalmente contra o que tinha sido dito pelo Sr. José Valentim Rosado, que demonstrou ser procurador do Governo. Lembrou que todos os Órgãos do Município se tinham pronunciado contra a extinção das Freguesias. Disse que foi feita uma Lei que continua a cortar nas verbas para as Câmaras e para as Juntas de Freguesia e a esvaziar as competências das Câmaras Municipais, para no futuro avançarem com a extinção das Câmaras Municipais. Referiu que tem que ser reivindicado transferências do Poder Central para as autarquias, acompanhadas das respetivas verbas, e não destas para as Comunidades Intermunicipais.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)) agradeceu as palavras de elogio à Junta de Freguesia por si presidida e disse que tinha feito aproveitamento de um programa do Centro de Emprego para recrutar funcionários durante um ano, mas, infelizmente, esse programa já não estará em vigor para o próximo ano.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que as casas de banho que servem os equipamentos colocados no Parque do Anel Verde, estão encerradas e isso trás transtornos para os estabelecimentos perto do local.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)) disse ter conhecimento do assunto e que já foram tomadas providências para que as casas de banho passassem a funcionar.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que lamenta o facto do programa referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagos ter terminado, mas tem informações de que outro virá substituí-lo. Referiu que o discurso efetuado pelo Sr. José Manuel Freire não era consentâneo com a realidade.-----



Fl. 65v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a realidade é que são transferidas competências para as Juntas de Freguesia, mas não são transferidas as respetivas verbas e isso é mau para as Juntas. Voltou a referir que forma extintas Freguesias sem ser tomada em conta a opinião das populações e dos Órgãos do Poder Local.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE LAGOS (SÃO SEBASTIÃO E SANTA MARIA)**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>LCF</b>	<b>CDU</b>	<b>TSL</b>	<b>BE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	5	3	3	1	0	<b>24</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 51/AM/2014:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar o Acordo de Execução a celebrar com a União de Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria), nos termos consignados na alínea k) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de março de 2014.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Santos (BE): “Estando perante acordos de execução, relativos a competências que legalmente devem ser delegadas, entendemos que por via do artigo 122.º, n.º 2 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contraentes públicos devem promover os estudos previstos no artigo 115.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, onde se demonstre: a) O não aumento da despesa pública global; b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais; c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais ou das entidades intermunicipais; d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º; e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública. A inexistência destes estudos é patente, já que a eles não se alude nas deliberações e acordos de execução submetidos à votação, devendo aliás os acordos de execução fazer referência a esses estudos (artigo 122.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que manda aplicar, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 115.º, n.º 5 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Assim, as propostas de acordos de execução não estão devidamente instruídas, não permitindo sequer a esta assembleia avaliar do seu mérito, seja na delegação de competências em si, seja na bondade e justiça dos meios materiais e humanos afetos a essas delegações legais de competências. Verifica-se, igualmente, que as competências que devem ser objeto de delegação legal, nos termos do artigo 132.º, n.º 2 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro não são objeto dos acordos de execução em análise, sem que haja justificação para tal. Nestes termos, quer por razões de legalidade, quer pela má fundamentação dos acordos de execução, o Bloco de Esquerda abstêm-se nestas propostas, sem embargo de manifestar a sua posição de princípio a favor da descentralização e da delegação de competências do Município nas freguesias.”-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, manifestou o



seu reconhecimento pela maneira como foram votados os acordos, o que faz com que reconheçam o trabalho importante, desenvolvido pelas Juntas de Freguesia. Acrescentou que estes acordos vão trazer melhoramentos no tratamento direto com as populações.-----

-----**PONTO 8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 540-12.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) fez a seguinte intervenção: “A Coligação TSL analisou com cuidado o texto e os propósitos da proposta da Câmara Municipal para a aprovação de um “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios no âmbito da Ação Social”. Somos sensíveis a toda a matéria social. O Documento agrega componentes sociais fortes. Esta Declaração serve como Declaração de Voto, sobre a posição da TSL. A Coligação começa por saudar a lucidez social e a coragem política que revela a apresentação desta proposta. Num momento de peculiar e difícil situação financeira do município e quando, na área social, o discurso do poder central se força e reforça na linguagem economicista e mercantil, o Executivo municipal ousa comprometer-se com uma área e um nicho de população em situação de profunda debilidade económica, sociológica e psíquica, apresentando uma proposta que tenta colmatar brechas e betumar riscos junto dos “estratos sociais mais desfavorecidos do município”. Dos apoios a disponibilizar, de acordo com o artigo 3.º do Regulamento, a Coligação TSL releva as alíneas d) e f), “aconselhamento psicossocial” e “apoio à regularização de dívidas municipais”, porque traduzem uma leitura atenta de situações novas que, até à data, ou, estavam escondidas, ou, eram ignoradas. Por exemplo, em relação à questão das execuções fiscais por dívidas à Câmara, já a Coligação tinha deixado aqui a sua preocupação; preocupação a que o Regulamento vem dar resposta. Com este Regulamento, será possível que o espírito de abril continue a respirar na comunidade lacobrigense, mantendo a sua coesão social e a sua solidariedade política. Por isso, a Coligação TSL votará favoravelmente a proposta de Regulamento e estará sempre disponível para colaborar na sua boa aplicação, não só social, como orçamental.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que é sempre de apoiar todas as ações que possam contribuir para o bem-estar das populações, sobretudo, daquelas mais carenciadas. Dada a complexidade do documento sugeriu que o mesmo fosse retirado da Ordem do Dia e fosse colocado na Ordem do Dia da próxima Sessão, uma vez que o mesmo merece uma reflexão profunda. Disse que as situações de carência social, que chegam à Câmara, deveriam ser encaminhadas para instituições do Estado, uma vez que é este que tem a responsabilidade para resolver estas questões, sendo que a Câmara deverá intervir nas situações de emergência, quando as instituições sociais do Estado não consigam dar resposta imediata e o



Fl. 66v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Regulamento proposto, nem sempre obedece a este princípio, ou seja, deixa a porta aberta para que o Município de Lagos tenha uma intervenção que vai para além de uma intervenção subsidiária e para tratar de forma diferente o mesmo tipo de carências verificados noutros pontos do País. Olhando para a população de Lagos e no caso de a mesma preencher os requisitos constantes no Regulamento, levanta-se a dúvida se a Câmara tem capacidade para dar resposta, se bem que o Regulamento frisa que para a Câmara satisfazer os pedidos tem que haver cabimentação orçamental, ou seja, tem que haver um critério rigoroso, mas ninguém conhece tais critérios. Perguntou quem iria definir, e o que era “o nível de vida condigno”, segundo refere o Regulamento e no caso de a verba orçamentada esgotar, como iriam dar resposta a alguém que reunisse os critérios para obter subsídio.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que foi a crise económica que trouxe esta reformulação do Regulamento em causa, mas a mesma era necessária. Referiu que este novo Regulamento trás uma nova visão para a gestão da área social. Disse que este Regulamento não trancou a porta ao modelo assistencialista e discricionário que se verificou nos últimos 12 anos, mas fecha algumas janelas e portas, controlando melhor os apoios dados, situação que não se verificava no passado recente.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) leu a seguinte Proposta: “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios no âmbito da Ação Social – A CDU propõe as seguintes alterações: Artigo 4.º (Condições de acesso) – Deverá ser retirado o n.º 2. Alínea f): “... o arrendatário municipal se encontre em situação irregular de arrendamento, designadamente, por falta de pagamento de rendas, ...”; Artigo 7.º (Análise) – 1 – “..., no prazo de 72 horas.”; Artigo 9.º (Decisão) – 1 “..., a decisão deve ser tomada no prazo de 24 horas.”-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que lendo o preâmbulo tinha ficado com dúvida se a Ação Social constitui um objetivo estratégico prioritário do Município ou se decorria de uma crise conjuntural, que é a crise social e económica da Administração Central. Ainda na sequência da leitura que fez do preâmbulo, disse que já existia um Regulamento para atribuição de apoios sociais, mas não era gerido com práticas profissionais, sendo que este já vem contribuir para a racionalização dos meios e recursos. Referiu que era bom saber-se quais as políticas sociais existentes no Município. Perguntou se um inquilino de um privado não tem direito a um subsídio municipal para pagar a renda. Disse que o Regulamento deve ser universal. Sugeriu que este Regulamento baixasse a uma Comissão da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que o ideal, para si, era não haver este Regulamento, pois era sinal de que as pessoas não necessitavam de pedir ajuda à Câmara Municipal. Referiu não concordar com o proposto pela CDU relativamente à alínea f) do n.º 2 do Artigo 4.º, uma vez que as situações relacionadas com rendas em atraso devem estar previstas.-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) disse que o que o Sr. José Santo disse, sobre o facto de pessoas com renda em atraso poderem beneficiar de subsídios, fica contemplado com o proposto pela CDU.-----





-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que em todas as reuniões em que participa com outros Presidentes de Câmara, todos comentam que estão a dar muito mais apoio social aos munícipes do que há uns anos atrás. Referiu que a área dos apoios sociais sempre foi e continua a ser, muito importante na Câmara de Lagos. Informou que de há uns anos para cá foi instituído nas Câmaras Municipais, as redes sociais, onde várias entidades relacionadas com a área social, estão presentes o que faz com que os apoios sociais sejam distribuídos de uma forma mais justa e sem se sobreporem.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, começou por dizer que este Regulamento era para todos os munícipes, para todos os lacobrigenses. Disse que tudo evolui e foi necessário fazer este Regulamento nos moldes apresentados. Referiu que todos os apoios são alvo de apreciação por parte de vários parceiros da área social e da rede social e em especial pelo Núcleo Local de Inserção, presidido pela Segurança Social, sendo feito neste núcleo o cruzamento de todas as atividades. Sobre a alínea f) do n.º 2 do Artigo 4.º, disse que a mesma contempla aqueles arrendatário municipais que não mostrem interesse em resolver a sua situação e em regularizar dívidas, acrescentando que foi decidido assim porque a Câmara não pode estar presente só para dar, as pessoas têm que ter algumas responsabilidades. Em relação aos prazos mencionados na Proposta de Alteração da CDU, disse que os prazos propostos são inviáveis.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) anunciou o voto a favor do Regulamento apresentado pela Câmara Municipal, um vez que o mesmo reflete um trabalho fruto de experiência de vários anos em articulação com a rede social e responde às atuais necessidades dos munícipes.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sobre a Proposta de Alteração da CDU, relativamente à alínea f) do n.º 2 do Artigo 4.º, disse que o que a Sra. Vereadora Maria Fernanda Afonso disse, não é o que está escrito, porque o que diz o Regulamento é que se um arrendatário municipal tiver rendas em atraso não tem direito a subsídio, no âmbito deste Regulamento. Em relação aos tempos disse que os mesmos devia estar balizados. Disse ainda que tinha lido o último relatório emitido pela rede social e tinha ficado muito preocupado, sendo da opinião de que a rede social deve ser alvo de outra atenção, merecendo a mesma um novo impulso---

-----Posto isto, passou-se à votação da Proposta de Alteração apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	0	2	0	3	0	0	<b>5</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	3	3	0	0	1	<b>7</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	12	0	0	0	1	0	<b>13</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 52/AM/2014:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta de Alteração apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da **PROPOSTA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL**, tendo-se



Fl. 67v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	4	0	3	1	0	<b>20</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	3	0	0	1	<b>4</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	1	0	0	0	0	<b>1</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 53/AM/2014:**

-----**Deliberado**, por maioria, o seguinte: a) aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios no âmbito da Ação Social, nos termos consignados na alínea g) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; e b) aprovar a revogação do regulamento em vigor desde 28/08/2000 (Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos ou Dependentes na área do Município de Lagos), aprovado na reunião da Câmara Municipal em 06/06/2000 e na Sessão da Assembleia Municipal em 26/06/2000 – 4.ª reunião - 17/07/2000), uma vez que o documento agora proposto é mais do que uma alteração ou atualização do Regulamento anterior. Tudo isto conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 16 de abril de 2014.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “Votei a favor porque acho que o Regulamento proposto é um avanço significativo e uma melhoria, como disse o meu colega de Bancada, Fernando Marreiro, mas no entanto acho que estas propostas que foram pela CDU, principalmente a primeira, melhora o Regulamento e acho que todas as propostas que melhoram o Regulamento deveriam ser aprovadas.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Votamos a favor do Regulamento, nunca estive em causa essa votação, para nós é que considerávamos que as alterações que propusemos iriam, digamos, enriquecer o próprio Regulamento.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim Rosado (PSD): “Sem prejuízo da intervenção esclarecedora efetuada pela Sra. Vereadora que tem a tarefa específica, votei contra porque o Regulamento, da leitura efetuada, em minha opinião, que o preâmbulo enferma uma grande contradição. Além disso muito do teor do Regulamento assenta numa forte subjetividade, parcialidade, não aponta nem respeita os princípios da equidade e da universalidade que devem obedecer as Leis e os Regulamentos emanados pelos Órgãos oficiais do Estado.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 39 minutos, da madrugada do dia 13 de maio, declarou encerrada a Sessão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 68

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....

.....

-----